

Ministério Público pede prisão da primeira-dama

Maria Helena foi acusada pelo MP de formação de quadrilha e corrupção

LUCIANA LIMA

O Ministério Público Estadual pediu a prisão preventiva da primeira-dama do Estado, Maria Helena Ruy Ferreira, e de mais seis pessoas. Elas estão sendo denunciadas em um esquema de desvio de verbas que seriam destinadas à fábrica de sopas do Governo do Estado, além de cobrança de propina.

O pedido está nas mãos do juiz Nelson Darby, titular da 7ª Vara Criminal de Vitória. Maria Helena é acusada de corrupção passiva, apropriação indébita e formação de quadrilha.

Acusados

Além da primeira-dama, estão com a prisão preventiva pedida pelo MPE o ex-ministro do Planejamento Anibal Teixeira; o ex-subsecretário de Estado da Fazenda Antônio Corrêa de Almeida; o ex-presidente da Associação Capixaba de Desenvolvimento (Acads) Fernando Ferreira Paterline; os advogados João Batista Ceruti Pinto e Rodrigo Stefenoni; e o ex-colaborador de campanha do governador José Ignácio Ferreira (PTN), Raimundo Benedito de



Chico Guedes

Silêncio

A primeira-dama, através da Secretaria de Comunicação, preferiu não fazer comentário

Souza Filho, o Bené.

A promotora Fabiana Fontanella denunciou ainda o ex-assessor da primeira-dama, Wilson Vilhagra. No entanto, a prisão de Vilhagra não foi pedida, por ele ter sido con-

siderado réu colaborador.

Bens

Na denúncia, Fabiana Fontanella pede ainda o seqüestro dos bens e a interdição das funções da primeira-da-

ma, Bené, Anibal Teixeira e Fernando Paterline. Fontanella alega que os bens "são objeto de lavagem de dinheiro". Segundo ela, todo dinheiro da Acads - entidade que tinha por objetivo alimentar de recursos a fábrica de sopas - era sacado através de Bené.

"E está comprovado, através de cópias de cheques pagos a construtoras que os apartamentos da família do governador foram pagos com cheques de Bené", declarou.

Denúncia

A denúncia teve origem no inquérito presidido pela delegada Fabiana Maioral, que foi afastada do cargo após o indiciamento. Maioral também havia indiciado os donos da empresa T. A. Oil, José Carlos Alves e Rosana Zazari.

Fabiana Fontanella, entretanto, não os incluiu na denúncia, alegando que a conduta deles não configura crime de corrupção ativa. "Pagar propina é imoral, mas não é ilegal. Oferecer a propina que seria crime", explicou.

A promotora relatou o esquema de corrupção. Segundo a denúncia, a Fundação de Integração Social - entidade ligada a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social era alimentada por dinheiro proveniente de empresas fundapeanas.

A Fundação foi criada para alimentar a Acads, que por sua vez teria a função de sustentar a fábrica de sopas.